

Maria Odete Alves

Engenheira Agrônoma, Mestre em Administração Rural e Desenvolvimento pela Universidade Federal de Lavras (UFLA) e pesquisadora do Banco do Nordeste – ETENE.
E-mail: moalves@banconordeste.gov.br.

PLURIATIVIDADE COMO ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA NO SERTÃO NORDESTINO: O CASO DE TEJUÇUOCA, CEARÁ

RESUMO

Este artigo apresenta resultados de estudo em que se pretendeu identificar estratégias de famílias camponesas que incorporam a pluriatividade, bem como o que determina a existência desse fenômeno. Utilizando informações provenientes de diagnóstico participativo, entrevistas abertas e observações de campo com camponeses de onze comunidades rurais do município de Tejuçuoca-CE, em julho de 1998 e março de 1999, este artigo procura, paralelamente, esboçar o papel do poder público em termos de políticas de desenvolvimento que atendam à realidade desses camponeses.

Palavras-chave: pluriatividade, economia camponesa, Nordeste.

ABSTRACT

This paper presents the main results of a research whose purpose was the investigation of the peasant strategy to incorporate pluriactivity, as well as the determinants of this phenomenon. It also tries to show the role of the public sector on development policies dealing with this reality. The data were obtained from some participative diagnostic report (1996) involving the peasants of eleven rural communities in the city of Tejuçuoca-CE (Brazil) and also from interviews and field observations of the peasants in the period from July 1998 to March 1999.

Key words: pluriactivity, peasant economics, Northeast.

1. INTRODUÇÃO: O CONCEITO DE PLURIATIVIDADE

Remonta ao início do século XX a discussão em torno de termos como *agricultor em tempo parcial*, *atividades não-agrícolas* no meio rural, *empregos múltiplos*, fontes de renda diversificadas e *pluriatividade*¹. No entanto, no Brasil, somente na década de 90 a temática suscitou o interesse de alguns pesquisadores, entre os quais Schneider (1994 e 1995), Silva (1995 e 1998) e Kageyama (1998).

Tendo seus estudos contribuído enormemente para debates teóricos acerca da temática, Kageyama (1998) faz uma revisão do conceito de pluriatividade, enfocando, basicamente, sua definição e unidade de análise. Assim, a autora faz um duplo alerta: enquanto o termo *part time farming*, traduzido como agricultura de tempo parcial, foi criado em 1930 por Rozman, em 1990, A. Fuller adotou o termo *multiple job-holding*, traduzido como empregos

múltiplos, mas que já havia sido usado por G. Fuguitt nas décadas de 50 e 60.

Entre meados da década de 70 e início dos anos 80, longos debates foram realizados, principalmente na Europa e nos Estados Unidos. Nesse período, foi estabelecido que a unidade de análise relevante é a família e que a *agricultura de tempo parcial* não é um fenômeno temporário, tampouco de transição, no desenvolvimento agrícola, constituindo, contraditoriamente, uma forma bem definida e persistente de relacionamento intersetorial em muitos países (Kageyama, 1998). No entanto, a expressão que caracterizou o discurso no final dos anos 80 na Europa foi *pluriactivity*, conhecida no Brasil como *pluriatividade*. Contudo, a definição deste conceito ainda hoje é confusa. Alguns autores/pesquisadores consideram, por exemplo, que esta definição inclui atividades ou trabalhos não necessariamente remunerados,

¹ Uma revisão sobre o tema pode ser encontrada em Schneider (1994).

podendo incluir emprego em outros estabelecimentos agrícolas ou não (Fuller 1990, apud Kageyama 1998). Para outros, o termo *pluriativo* deve ser usado para identificar os agricultores que exercem outras atividades remuneradas e para os quais a agricultura não é a principal atividade, seja em termos de tempo de trabalho ou de renda.

Para Le Heron et al (1994: apud Kageyama 1998), a pluriatividade tanto pode representar uma estratégia de sobrevivência da família, quanto uma estratégia de expansão do capital. Com base nisso, os referidos autores sugerem que a análise da pluriatividade deve contemplar não apenas a unidade produtiva, mas também o contexto, pois consideram que sua ocorrência é uma das respostas que as famílias procuram dar a mudanças das circunstâncias tanto econômicas quanto sociais. Tais argumentos conduzem os autores a perceberem a pluriatividade como um potencial “... resultado de diversas ‘negociações’ ou estratégias entre indivíduos que possuem diferentes posições na família e no negócio agrícola, e que ajustam suas atividades levando em conta o ciclo familiar, a organização do estabelecimento e do trabalho doméstico, os riscos envolvidos na menor dedicação à atividade agrícola, visando assegurar a continuidade da família no negócio de uma geração à seguinte” (Le Heron et al, 1994: apud Kageyama 1998, p. 559).

Desse modo, a discussão sobre pluriatividade no Brasil está inserida no debate teórico iniciado na década de 90 sobre o “novo rural” brasileiro, que envolve autores como José Graziano da Silva, Nazaré Wanderley e Ricardo Abramovay, dentre outros. Assim, as preocupações destes estudiosos abrangem questões que vão desde a releitura do atual conceito de “setor rural” (Wanderley, 1997), passando pelas novas funções e espaços da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo, com ênfase no papel do território (Abramovay, 1999) e até a discussão sobre as ati-

vidades e fontes de renda não-agrícolas das famílias rurais (Silva, 1995, 1997, 1997a, 1998)².

Convém esclarecer que a discussão levantada neste artigo está relacionada, especificamente, à questão abordada por Silva (1995, 1997, 1997a, 1998). Não há preocupação no sentido de aprofundar as demais problemáticas, embora se reconheça a sua inter-conexão. Particularmente, nos estudos realizados por Silva (1997a), há a preocupação de mostrar que o meio rural brasileiro ganhou novas funções e por isso já não pode ser mais tomado apenas como um conjunto de atividades agropecuárias e agroindustriais. Silva (op. cit) acredita que o agricultor não é mais somente um agricultor, pois dentro ou fora de sua propriedade ele vem desenvolvendo outras atividades no meio rural, concorrendo com as atividades agrícolas³.

Nesta perspectiva, este “novo rural”, do qual emergem novas atividades ligadas às transformações na base técnica da agricultura, parece não refletir a realidade de regiões cuja agricultura não passou por um processo de modernização tecnológica. Nessas áreas a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas representa uma estratégia que as famílias elaboram como alternativa capaz de assegurar sua permanência no campo e sua reprodução como tal.

2. O ESTUDO DE CASO: A PLURIATIVIDADE NO MUNICÍPIO DE TEJUÇUOCA

A discussão a seguir tem como referência básica informações colhidas por meio de entrevistas abertas, observações de campo e consulta a relatórios de diagnóstico participativo realizado por agricultores de onze comunidades rurais de Tejuçuoca-CE⁴, município cearense selecionado

² Atualmente, desenvolve-se um projeto de pesquisa na UNICAMP – Projeto Rurbano – cuja proposta é explorar a relevância dos cortes urbano/rural e agrícola/não agrícola no desenvolvimento brasileiro recente. O projeto é coordenado pelo professor José Graziano da Silva e envolve pesquisadores de várias instituições de diversos estados brasileiros. Os principais resultados da fase inicial aparecem em publicação recente da EMBRAPA, editada por Silva e Campanhola (2000), com o título “O Novo Rural Brasileiro”, composta de 4 volumes: Vol. 1 – Uma Análise Nacional e Regional; Vol. 2 – Uma Análise Estadual – Nordeste; Vol. 3 – Uma Análise Estadual – Sul, Sudeste e Centro-Oeste; Vol. 4 – Políticas Públicas.

³ Silva (1997) considera a existência de um “Novo Rural Brasileiro”, associado a transformações na agricultura brasileira (queda na rentabilidade dos principais produtos agropecuários) e aumento de produtividade decorrente da adoção de tecnologias (queda na oferta do emprego agrícola).

⁴ As visitas ao campo foram realizadas em jul/1998 e mar/1999. Os relatórios consultados referem-se ao “diagnóstico participativo” realizado em 1996 pelos agricultores daquele município, por ocasião de trabalho de desenvolvimento local realizado pelo Banco do Nordeste/PNUD. O “diagnóstico participativo” (denominação atribuída pelos técnicos do Projeto Banco do Nordeste/PNUD) era obtido a partir de discussões realizadas pelos agricultores durante a realização de “oficinas” coordenadas por técnicos do Projeto.

pelo Banco do Nordeste, em 1996, para implementação de um programa de apoio ao desenvolvimento local.

Desse modo, as atividades tiveram início com o diagnóstico participativo da realidade em cada uma de suas comunidades rurais. Assim, os relatórios de diagnóstico analisados nesta pesquisa referem-se a 453 famílias (55% do total de 818 famílias) residentes em onze comunidades rurais. Merece ser ressaltado que a unidade de análise adotada foi a família porque é este o espaço em que são tomadas as decisões relativas às estratégias de sobrevivência e de reprodução do grupo doméstico. Assumiu-se também que as estratégias de sobrevivência e reprodução incluem a aposentadoria e atividades ou trabalhos não necessariamente remunerados, podendo incluir: atividades agrícolas (dentro ou fora do estabelecimento); emprego em outros estabelecimentos agrícolas (trabalho assalariado, empreitada etc); atividades *para-agrícolas* (alimentos e bebidas processados etc); atividades *não-agrícolas* no estabelecimento (turismo, comércio etc) e, finalmente, atividades externas não-agrícolas (assalariamento, conta-própria).

Pretendeu-se identificar estratégias elaboradas por camponeses⁵ que incorporam a pluriatividade, bem como o que determina a existência desse fenômeno; paralelamente procurou-se esboçar o papel do poder público em termos de políticas de desenvolvimento que atendam a essa realidade.

3. ESTRATÉGIAS DE OBTENÇÃO DE RENDA

Tejuçuoca situa-se no sertão cearense, sendo 144 km distante do município de Fortaleza. Do total de 11.286 habitantes em Tejuçuoca, 80% são residentes na zona rural, distribuídos em 25 comunidades (IBGE, 1996), cujas estradas de acesso são de terra. Convém ressaltar que a irregularidade das chuvas, os tipos de solo e a predominância de rochas cristalinas no subsolo são características que dificultam a prática agrícola em Tejuçuoca.

Além disso, Tejuçuoca é uma região de poucas propriedades. Os cerca de 41 mil ha de terra disponíveis no município são distribuídos entre 258 proprietários (INCRA, 1999). Contudo, 26% possuem área entre 1 e 50 ha, ocu-

pando apenas 4% da área total. O maior número de propriedades se encontra na faixa de 50 a 100 ha de área (40%), ocupando cerca de 18% do total de terras. Porém, o maior percentual de área de terras (77,56%) é distribuído entre 34% das propriedades, as quais ocupam mais de 100 ha cada (Quadro 1). A conseqüência é que o município abriga inúmeras famílias que não dispõem de terra para exercer a atividade agrícola por conta própria.

Em Tejuçuoca, é comum o consórcio de milho e feijão e o cultivo de pequenas áreas com mandioca, arroz e jerimum para garantir o consumo doméstico. No período chuvoso, os roçados podem ser feitos na caatinga, enquanto que, em épocas mais secas, somente brejos, vazantes de rios e açudes permitem o cultivo. Na roça, utilizam-se enxadas, machados e foices, não sendo comum o uso de arados, tratores, colheitadeiras, herbicidas, inseticidas e adubos químicos.

O grupo estudado apresenta uma racionalidade própria, diferenciando-se daquela da empresa capitalista e tendo sua economia baseada na força de trabalho familiar e a produção voltada basicamente para garantir o consumo doméstico e a reprodução do grupo, identificando-se, assim, com o que Chayanov (1974) denominou de "economia camponesa".

Em Tejuçuoca, ocorre um fenômeno descrito por Chayanov (1974) e Contreras (1991): os camponeses têm forma particular de vida e produção e, dependendo de como se apresentam os fatores externos, têm a capacidade de elaborar estratégias para garantir a subsistência da família. A dificuldade de acesso à terra de produção, aliada às condições desfavoráveis de solo e

Quadro 1: Propriedades rurais do município de Tejuçuoca-CE, segundo a extensão, 1999

Tamanho (hectares)	Propriedades		Área total (hectares)	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Até 5	2	1,0	2,0	0,005
Mais de 5 até 10	7	3,0	57,5	0,115
Mais de 10 até 50	57	22,0	1.674,9	4,100
Mais de 50 até 100	104	40,0	7.499,7	18,220
Mais de 100	88	34,0	31.930,8	77,560
Total	258	100,0	41.164,9	100,000

Fonte: INCRA - Sistema Nacional de Cadastro Rural (1999)

⁵ No conceito adotado por Chayanov (1974), a família camponesa se caracteriza por não contratar mão-de-obra exterior. Assim, a composição e o tamanho da família determinam o montante de força de trabalho, sua composição e o grau de atividade na unidade camponesa. A disponibilidade de mão-de-obra, associada às necessidades de consumo e à disponibilidade de meios de produção, determina os níveis de produção na unidade camponesa.

água, é responsável pela baixa produção agrícola, insuficiente para produzir renda capaz de satisfazer as necessidades básicas da família. Tal situação conduz um número razoável de famílias camponesas a dirigirem parte da mão-de-obra para atividades não-agrícolas, constituindo, assim, uma das alternativas para alcançar o equilíbrio econômico.

Assim, convém observar os níveis de renda provenientes da exploração de atividades agrícolas entre as famílias estudadas (Quadro 2).

Verifica-se que cerca de 44% das famílias não conseguem uma renda anual na atividade agrícola que ultrapasse os R\$ 500,00 (cerca de R\$ 42,00/mês). Este valor é inferior àquele definido por Rocha (2000) para determinar a linha de pobreza no Nordeste rural. Segundo a autora, R\$47,14 é o valor da renda familiar *per capita* mínimo capaz de atender às necessidades básicas das famílias rurais do Nordeste⁷.

Entre os agricultores estudados, é comum a prática de algumas atividades, dentre as quais se destacam: o alugado, a parceria, a empreitada, o negócio, o comércio, o artesanato, o assalariamento rural ou urbano, além da migração de alguns membros da família. Esta combinação

de diversas atividades, agrícolas ou não, tem o objetivo principal de alcançar o equilíbrio econômico dos agricultores. Como eles próprios afirmam, “*só com agricultura não vai! Como é que sustenta a família? Tem que misturar*” (CJ). Muitas vezes “*a ‘agricultura’ está fracassada*” (CJ) e a maior parte da renda necessária à subsistência da família é fornecida por outras atividades⁸. No entanto, ainda assim, a agricultura é tratada como a principal atividade na unidade familiar, visto que representa o “status”, a profissão.

As atividades agrícolas são distribuídas entre os membros das famílias da forma apresentada no Quadro 3 a seguir.

Em Tejuçuoca os agricultores preferem a parceria ao alugado⁹:

“Quando a gente não consegue uma ponta de terra para botar um roçado, é que vai buscar o alugado” (MF).

Apesar disso, o alugado é uma atividade praticada por 92,3% dos membros das famílias, enquanto que a parceria é realizada por aproximadamente 14% deles.

Por sua vez, as atividades de empreitada e negócio tornam-se mais frequentes nos anos de estiagem, permitindo que o camponês com dificuldade de acesso aos meios

Quadro 2: Renda anual proveniente da exploração de atividades agrícolas em famílias de onze comunidades rurais – Tejuçuoca-CE⁶.

Famílias		Valor (R\$)
Quantidade	%	
72	15,9	até 100
70	15,5	de 101 a 300
24	5,3	de 301 a 400
32	7,0	de 401 a 500
102	22,5	mais de 500
153	33,8	não informado

Fonte: Projeto Banco do Nordeste/PNUD

Quadro 3: Atividades agrícolas exercidas pelos membros das famílias pesquisadas nas comunidades rurais de Tejuçuoca-CE.

Atividade	Membros das famílias	
	Quantidade	%
Trabalho permanente	116	25,6
Trabalho temporário (alugado)	418	92,3
Parceria	64	14,1

Fonte: Projeto Banco do Nordeste/PNUD

⁶ Os dados constantes dos Quadros 2, 3 e 4 foram extraídos de relatórios de diagnósticos realizados em 1996 por 453 famílias, residentes em 11 comunidades rurais de Tejuçuoca.

⁷ Para o cálculo da linha de pobreza no meio rural do Nordeste, Rocha (2000) utilizou os dados da POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares), do IBGE, para o ano de 1999, considerando os diferenciais de padrões de consumo e preço ao consumidor da região e refletindo a estrutura de consumo observada em famílias de baixa renda.

⁸ Pesquisadores como Garcia Jr. (1989), Seyferth (1983) e Jesus (1993) observaram, em diferentes regiões do Brasil, a predisposição dos camponeses para trabalharem fora da unidade doméstica, à medida que os recursos obtidos nas atividades agrícolas em seu interior são insuficientes para manter o consumo mínimo da família.

⁹ Trabalhar no alugado significa executar um serviço sob as ordens de outrem mediante o pagamento em dinheiro, sendo combinadas, antecipadamente, as tarefas a serem executadas. A parceria consiste em “*botar roçado em ropridade alheia*” mediante acordo de renda a ser paga com a produção.

de produção tenha acesso ao mínimo de recursos necessários para a manutenção da família¹⁰:

Nessa época ruim, de seca, pra viver compra um bicho e vende... vira pr'aqui, vira pr'aculá, faz uma empeleita¹¹. Trabalha mais é de empeleita. Sempre quando aparece, a gente nunca fica parado. (...) É assim, brocar, tirar um toco, cavar cacimbão, fazer um tijolo, trabalhar na construção... De tudo se mexe. Ninguém num fica é parado, de jeito nenhum. Quem tem a família que nós tem, né. Num pode. Deus o livre parar. Se parar, minha filha, só Deus sabe (CF).

O Quadro 4 apresenta o número de famílias que declararam renda proveniente de atividades não-agrícolas, servindo como ilustração da realidade acima referida.

Observa-se que 6% das famílias exercem atividades de comércio, 33% trabalham como diaristas¹², 25% têm renda proveniente da aposentadoria rural, além de 34% que exercem atividades diversas das anteriormente mencionadas, tais como artesãos (com atividades principalmente de bordado e crochê), costureiras, professores, agentes de saúde, vaqueiros, pedreiros, mecânicos, motoristas, ferreiros, marceneiros, borracheiros, pintores, negociantes, além dos que trabalham com exploração de pedras toscas, carvão, produção de tijolos, telhas, queijo coalho e doce artesanal.

A atividade artesanal envolve grande contingente da população feminina nas comunidades rurais de Tejuçuoca.

Quadro 4:
Atividades não-agrícolas praticadas por famílias residentes em onze comunidades rurais – Tejuçuoca-CE.

Atividades	Famílias	
	Quantidade	%
Comércio	28	6
Diarista	149	33
Aposentadoria	112	25
Outras	156	34

Fonte: Projeto Banco do Nordeste/PNUD

ca. Em geral, o produto do trabalho é entregue a um intermediário que avilta o prego. Além disso, o artesanato não é socialmente considerado como trabalho, sendo realizado, em geral, nos momentos de folga das atividades domésticas, recebendo, recebendo, por isso, um tratamento marginal.

Merece destaque o fato de que o assalariamento ocorre tanto na zona rural quanto na zona urbana. Um fator que tem contribuído para a geração de ocupações não-agrícolas no meio rural de Tejuçuoca é a expansão dos serviços públicos de saúde e educação, em geral entre as mulheres. Tais ocupações vão desde professora, merendeira ou faxineira na escola, até enfermeira, agente de saúde, faxineira etc, no posto de saúde da comunidade.

É também significativo o papel que vem exercendo na busca de ampliação das rendas das famílias nos espaços rurais, a partir dos anos 1990, a “descentralização das plantas industriais”. Cada vez mais, ocorrem deslocamentos de indústrias das regiões Sul/Sudeste para o interior do Nordeste, em busca, sobretudo, de incentivos fiscais e mão-de-obra barata e não sindicalizada. A indústria de calçados instalada no município de Itapajé é um exemplo recente, conforme se observa no depoimento abaixo¹³:

Ali em Itapajé, é que, Deus o livre, aquela fábrica fosse à falência, ia ficar muita gente desempregada. Tem gente demais empregada naquela fábrica... Depois que ela veio aí pra Itapajé, empregou muita gente daqui (CL).

Diversos motivos levam os camponeses a exercerem “outras” atividades, dentre os quais se sobressaem: uma recompensa à escassez de terra de trabalho somada ao chamado “ano ruim” e, sobretudo, as limitações do solo e a escassez de água aliadas à falta de recursos e políticas de desenvolvimento.

Cabe também destacar que a renda proveniente da aposentadoria tem fundamental importância para um percentual razoável das famílias. Soma-se, em geral, à renda pro-

¹⁰ O termo “empreitada”, conforme Ferreira (1995), quer dizer trabalho ajustado para pagamento global, e não a dias; por “negócios” entende-se a atividade de comprar, vender e revender produtos diversos. Esta operação pode ser realizada em casa ou na feira.

¹¹ “Empeleita”, termo bastante utilizado na linguagem do sertanejo dessa região, significa “empreita”, “empreitada” e se aplica tanto a atividades agrícolas quanto não-agrícolas.

¹² Em virtude de algumas limitações de conteúdo dos relatórios dos quais foram extraídas as informações, não foi possível precisar: a) quais tipos de atividades de comércio eram praticadas pelos agricultores; b) onde trabalhavam os diaristas.

¹³ Jovens das comunidades rurais de Tejuçuoca mais próximas de Itapajé (como é o caso de Retiro e Serrote do Meio, localizadas a aproximadamente 20 km) trabalham na fábrica de calçados, deslocando-se para a cidade na segunda-feira, lá permanecendo por toda a semana e retornando a casa no sábado.

veniente das diversas atividades para compor a renda total da unidade familiar. Delgado e Cardoso Jr. (1999) confirmaram essa realidade ao investigarem o papel do benefício previdenciário rural no conjunto de estratégias domiciliares para sua reprodução econômica, concluindo que ele cumpre, além da função de seguro previdenciário, uma outra muito importante, dentro da unidade familiar, na sustentação das estratégias de sobrevivência do grupo familiar. Os autores concluíram também que o peso do benefício previdenciário na composição do orçamento doméstico representa 70,8% em média na região Nordeste¹⁴.

Outra estratégia de sobrevivência adotada entre as famílias estudadas é a migração. Muitos jovens com idade de 16 a 18 anos migram em busca de trabalho em outras regiões motivados pela necessidade que suas famílias possuem de buscar outras fontes de renda, sobretudo quando as condições locais não permitem a obtenção da renda mínima necessária à manutenção do grupo.

Na maioria dos casos, o destino ainda é o Rio de Janeiro ou São Paulo, apesar da crescente redução no número de postos de trabalho naqueles centros urbanos. Na ocasião em que foi realizado o diagnóstico (1996), 671 jovens, de onze comunidades, tentavam a sorte no meio urbano, principalmente naquelas duas cidades¹⁵. Em ano de seca o processo se acentua:

Eles vão simhora por causa de emprego. Eles querem trabalhar mas não tem emprego. (...) Vão mais pra São Paulo. Tem uns voltando porque não têm curso e são despedidos. Mas quando tão lá sempre mandam alguma coisa pra ajudar quem ficou aqui. (...) Eles vêm quando lá tá ruim. E quando tem notícia de que lá tá melhorando, voltam (CE).

Este depoimento confirma o argumento utilizado por Woortmann (1990), para quem a ocorrência de migração é, na verdade, um dos espaços sociais construídos pelos

camponeses para continuarem se reproduzindo física e socialmente.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo sinaliza para um fator importante a ser considerado no estudo da pluriatividade: não é recente a existência de atividades não-agrícolas em áreas rurais do Nordeste, onde a agricultura não passou pelo processo de modernização tecnológica e predomina a economia camponesa. Nessas áreas, a pluriatividade representa uma das estratégias que os grupos elaboram para assegurar a permanência da família no campo e a sua reprodução como tal, quando não é possível consegui-las somente com a produção da terra. A existência da pluriatividade, portanto, além de não estar ligada a estímulos deliberados, serve de complemento à renda familiar.

Além disso, não se pode esquecer que o exercício de atividades diversas, além das agrícolas, é intrínseco ao modo de funcionamento da produção camponesa. Esta é uma questão amplamente demonstrada pelos estudiosos das ciências sociais. Kautsky (1968), Chayanov (1974), Seyferth (1974 e 1983) e Garcia Jr (1983 e 1989).

Por outro lado, existe forte pressão demográfica em Tejuçuoca. Os 80% da população concentrados no meio rural do município disputam a exploração das terras distribuídas entre 258 propriedades, o que conduz à pressão sobre os recursos naturais. Além disso, a seca que ocorre de forma sistemática no sertão nordestino e os tipos de solos predominantes (com severas restrições ao uso agrícola e exigindo o uso intensivo de capital) são fatores que contribuem de forma significativa para a existência da pluriatividade no meio rural do município.

O reconhecimento da existência da pluriatividade impõe mudanças ao poder público, tanto no enfoque quan-

¹⁴ Resultados de pesquisa coordenada por Delgado (1997) mostram ser o Nordeste a região cujos estados apresentam os mais altos índices de benefícios rurais à população de idosos e inválidos. Evangelista (1997) confirma o crescimento das despesas com benefícios da previdência governamental, cujos valores passaram de cerca de R\$ 524,23 milhões, no ano de 1972, para um valor estimado em R\$ 1,72 bilhões em 1992, configurando-se um crescimento de cerca de 229% entre os dois períodos mencionados.

¹⁵ Ricardo Abramovay e sua equipe de pesquisadores vêm realizando uma série de trabalhos sobre o êxodo rural de jovens no Brasil, buscando entender sua magnitude e as implicações para a agricultura familiar. Algumas das conclusões, obtidas a partir da análise de uma série histórica de estimativas de saldos e taxas líquidas de migrações rural-urbanas por sexo e grupos quinquenais de idade para o Brasil e as cinco regiões, são (Camarano e Abramovay, 1999): a) o êxodo rural nos anos 90 concentra-se, sobretudo na região Nordeste; b) são cada vez mais jovens os que deixam o campo; c) as mulheres migram mais que os homens. Os estudos de natureza qualitativa, na tentativa de explicar o êxodo rural jovem e feminino, ainda são localizados, principalmente em áreas rurais do Sul do país. Para aprofundamento, ver Abramovay et ali (2001).

to nos instrumentos das atuais políticas. O primeiro passo exige o fortalecimento das iniciativas locais e a participação popular. Desta forma, haverá espaço para a identificação das atividades não-agrícolas com maior potencial de contribuir para o aumento da renda das famílias, bem como dos instrumentos que se pode utilizar para solucionar os diversos problemas no seu desenvolvimento.

O segundo passo requer que as políticas passem a valorizar e apoiar aquelas atividades que, de uma forma ou de outra, contribuam para o incremento da renda dessas famílias rurais.

No caso de Tejuçuoca, sobretudo, há necessidade de investimento em infra-estrutura básica (principalmente educação, energia, estradas e transporte), sem a qual torna-se difícil viabilizar qualquer atividade, seja no meio rural, seja no meio urbano.

Paralelamente, deve-se reconhecer o artesanato como sendo a atividade não-agrícola com grande potencial de geração de renda para as famílias rurais do município. A viabilização econômica desta atividade requer algumas ações específicas, pois passa, no mínimo, pela solução de questões ligadas à organização dos artesãos em associações representativas (fundamental para possibilitar e garantir a comercialização do produto), à qualidade do artesanato (para adequá-lo às exigências do mercado) e à disponibilização de recursos financeiros (para aquisição de matéria-prima).

O microcrédito poderia funcionar como um instrumento de crédito para o apoio à atividade artesanal em Tejuçuoca. As características de acesso simplificado, ágil e livre de clientelismo, além da possibilidade de realizar operações de crédito de pequena monta, são adequadas para este tipo de investimento.

O CrediAmigo, programa de microcrédito do Banco do Nordeste que vem apoiando o setor informal urbano do Nordeste, desde 1998, e que, portanto, possui toda a estrutura de atendimento montada, teria todas as condições – realizadas as adaptações necessárias – de se estender ao meio rural nordestino e financiar as diversas atividades ali existentes, dentre elas, a artesanal.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, R. *Do setor ao território: função e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo*. São Paulo, Primeiro relatório de pesquisa, Projeto BRA 97/013, 1999 (mimeo).

Raízes, Campina Grande, vol. 21, nº 01, p. 114-121, jan./jun. 2002

_____. et al. Agricultura familiar e sucessão profissional: novos desafios. In: ANAIS DO CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 39, Recife, 2001 (CD-ROOM).

CAMARANO, A. A & ABRAMOVAY, R. *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos*. Rio de Janeiro, IPEA, 1999 (Texto para discussão n. 621).

CHAYANOV, A. V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires, Ediciones Nueva Vision, 1974.

CONTRERAS, J. Los grupos domésticos: estratégias de producción y reproducción. In: JUAN, P & MARTÍNEZ, V. et al (eds). *A antropología de los pueblos de España*. Madrid, Taurus Universitária/Taurus Editora, 1991. pp. 342-379.

CPRM – Serviço Geológico do Brasil. *Programa de recenseamento de fontes de abastecimento por água subterrânea no estado do Ceará: diagnóstico do município de Tejuçuoca*. Fortaleza, 1998.

DELGADO, G. *Previdência rural: relatório de avaliação sócioeconômica*. Brasília, IPEA, 1997 (Texto para Discussão).

_____. & CARDOSO JR. *A previdência social rural e a economia familiar no Brasil: mudanças recentes nos anos 90*. Anais da ANPEC, Belém, 1999.

EVANGELISTA, F. R. *O excedente financeiro do setor agrícola nordestino*. Piracicaba, ESALQ, 1997 (Tese de Mestrado).

FERREIRA, A. B. de H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2.ed Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1995.

GARCIA JR., A. R. *Terra de trabalho. Trabalho familiar de pequenos produtores*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

_____. *O sul: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo, Marco Zero; Brasília, Editora Universidade de Brasília; MCT-CNPq, 1989.

IBGE. *Contagem da população 1996*. <http://www.ibge.gov.br>.

- INCRA. *Sistema Nacional de Cadastramento Rural*. 1999.
- IPLANCE – Instituto de Planejamento do Estado do Ceará. *Anuário Estatístico do Ceará*. Fortaleza, 1994. <http://www.iplance.ce.gov.br>.
- _____. *Informações básicas municipais – Tejuçuoca*. Fortaleza, 1994a.
- JESUS, J. C. dos S. *Trajetória de decisões administrativas na unidade camponesa e na empresa agropecuária capitalista: estudo de caso no Sul de Minas Gerais*. Lavras-MG, ESAL, 1993 (Tese de Mestrado).
- KAGEYAMA, A. Pluriatividade na agricultura: alguns aspectos conceituais. In: ANAIS DO CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 36, v.2, pp.555-566, Poços de Caldas, 1998.
- KAUTSKY, K. *A questão agrária*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1968.
- ROCHA, S. *Pobreza no Brasil: o que há de novo no limiar do século XXI?* IPEA, 2000.
- SCHNEIDER, S. O desenvolvimento agrícola e as transformações da estrutura agrária nos países do capitalismo avançado: a pluriatividade. *Revista Ensaios e Debates*. set./dez. 1994. pp.106-131.
- _____. As transformações recentes da agricultura familiar no Rio Grande do Sul: o caso da agricultura em tempo parcial. In: ANAIS DO CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 33, v.1, pp.1158-1195, Curitiba, 1995.
- SEYFERTH, G. *A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim*. Porto Alegre, Ed. Movimento, 1974.
- _____. Camponeses ou operários? O significado da categoria colono numa situação de mudança. *Revista do Museu Paulista*, vol. XXIX, São Paulo, USP, 1983. pp73-96.
- SILVA, J. G. da. *Resistir, resistir, resistir: considerações acerca do futuro do campesinato no Brasil*. In: ANAIS DO CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 33, v.1, pp.792-798, Curitiba, 1995.
- _____. *Uma agenda para o futuro*. In: ANAIS DO ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 21, Caxambu, 1997. (CD-ROOM).
- _____. O novo rural brasileiro. *Nova Economia*. v.7, n.1, pp.43-81, Belo Horizonte, maio/1997a.
- _____. Políticas não-agrícolas para o novo rural brasileiro. In: ANAIS DO CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 36, v.1, p.117-142, Poços de Caldas, 1998.
- _____ & CAMPANHOLA, C. (ed.). *O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional*. Volume 1. Jaguariúna, SP: EMBRAPA Meio Ambiente, 2000.
- _____ & CAMPANHOLA, C. (ed.). *O novo rural brasileiro: uma análise estadual – Nordeste*. Volume 2. Jaguariúna, SP: EMBRAPA Meio Ambiente, 2000.
- _____ & CAMPANHOLA, C. (ed.). *O novo rural brasileiro: uma análise estadual – Sul, Sudeste e Centro-Oeste*. Volume 3. Jaguariúna, SP: EMBRAPA Meio Ambiente, 2000.
- _____ & CAMPANHOLA, C. (ed.). *O novo rural brasileiro: políticas públicas*. Volume 4. Jaguariúna, SP: EMBRAPA Meio Ambiente, 2000.
- WANDERLEY, M. N. B. O lugar dos rurais: In: ANAIS DO CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 35, v.1, pp.90-113, Natal, 1997.
- WOORTMANN, K. Migração, família e campesinato. *Revista Brasileira de Estudos de População*. Jan./jun. 1990. pp. 35-53.

